

GÊNERO, FUTEBOL E ESPORTES: A SORORIDADE COMO COMPONENTE NECESSÁRIO PARA O EMPODERAMENTO FEMININO

GENDER, SOCCER AND SPORTS: THE SORORITY AS AN ESSENTIAL ELEMENT TO FEMALE EMPOWERMENT

Edina Schimanski*

RESUMO

O presente texto discute a relação entre gênero, futebol e esporte como elemento fundamental no processo de rompimento dos preconceitos sociais e desigualdades no que concerne a participação feminina em práticas esportivas. Ressalta-se a necessidade de incorporar na construção da relação entre gênero e esporte a ideia de sororidade (*latim soror*) e empoderamento para assim vencer os mecanismos e evidências que historicamente são delineados na relação que se estabelece no cotidiano social, os quais produzem discriminação e desigualdade para a mulher.

Palavras-chave: Gênero; Futebol; Sororidade.

ABSTRACT

This issue discusses about the relation between gender, soccer and sports as an essential element towards breaking down social prejudices e inequalities in relation to female participation in the sportive practices. Thus, it is important to add in the social construction between gender and sports the notion of sorority (*latin soror*) and empowerment in order to discontinue the historical evidences which produces discrimination and inequalities in relation to women and sports.

Keywords: Gender; Soccer; Sorority.

* Professora dos Programas de Pós Graduação em Ciências Sociais Aplicadas e Programa Pós Graduação Educação Inclusiva (Mestrado Profissional) - UEPG

INTRODUÇÃO

Discutir sobre gênero e esportes constitui-se como uma necessidade premente no contexto atual, sobretudo em uma sociedade como a brasileira, na qual não obstante as lutas por igualdade, observa-se um volume grande de desigualdade, de preconceito e por consequência de violência em relação à mulher.

Há, sem dúvida, discursos e práticas coletivas combativas à misoginia e um avanço no trato as questões de gênero em relação a desigualdade da mulher em todas as esferas da sociedade e aqui inclui-se o objeto do presente texto – o esporte. Entretanto, apesar das boas práticas, há necessidade de maior protagonismo da mulher na prática cotidiana. Um vislumbre maior quanto a participação da mulher no esporte (e em todas as esferas sociais), tem ocorrido ainda de forma muito incipiente, e pode-se dizer que ela está ainda ausente dos processos de tomada de decisão nos meandros sociais.

Quando se trata de esportes e sua relação com gênero existe uma lacuna grande que vai desde a prática em si do esporte até a remuneração recebida por atletas. De acordo, com dados do PNUD a prática de exercícios físicos por mulheres no Brasil é 40% inferior aos homens (PNUD, 2017). Este é um indicativo forte de que o cenário esportivo ainda tem muita desigualdade de gênero. Da mesma forma, a mulher recebe bem menos que homem no desenvolvimento das práticas esportivas, o que acentua consideravelmente as diferenças (PNDU, 2017).

Nem sempre as relações desiguais são percebidas pelos sujeitos inerentes ao processo. Há, portanto, homens que reproduzem valores misóginos, mas há também mulheres que reproduzem estes mesmos valores e acabam por disseminar socialmente ideias preconceituosas em relação as outras mulheres. De fato, isto ocorre na medida que não há uma compreensão de como o preconceito pode afetar as relações de gênero. Em contraposição, a ideia de sororidade – componente atualíssimo dentro do feminismo – emerge como um elemento importante para ser experimentado na vida cotidiana, através do que as mulheres (e entre elas) podem romper com a misoginia.

Partindo das considerações acima, este texto propõe uma reflexão acerca da temática gênero e esportes evidenciando as dificuldades enfrentadas pelas

mulheres no campo do esporte. Dai a importância do empoderamento e crescimento da sororidade entre as mulheres para que as desigualdades de gênero possam ser desmaterializadas no cotidiano e, principalmente, no futebol.

CONTEXTUALIZANDO O ESPORTE E O GÊNERO – ALGUMAS REFLEXÕES NECESSÁRIAS PARA PENSAR A PRÁTICA DO FUTEBOL POR MULHERES

Autores importantes na área da Sociologia e da História como Norbert Elias, Pierre Bourdieu e Eric Hobsbawm já haviam apontado, em algumas de suas obras, o esporte como lugar de destaque no século XX.

As atividades desportivas fazem parte do rol das principais manifestações de ordem cultural de diversos povos em todo mundo. Em culturas como a brasileira, por exemplo, o futebol fluiu historicamente como um dos esportes mais prestigiados de todos os tempos quando comparado a outras práticas esportivas.

Não só o futebol, mas o esporte de uma forma geral, foi (e tem sido) uma atividade para homens. Dados recentes do Relatório de Desenvolvimento Humano no Brasil (PNDU, 2017, p.1) mostram que o “*valor intrínseco da prática de atividades físicas e esportivas (AFEs) bem como a relação positiva entre as mesmas e a saúde, a sociabilidade, a cognição, a produtividade e a qualidade de vida como um todo já estão bem estabelecidos. Ainda assim, a maioria das pessoas não se envolve com essas práticas*”. Há, desta maneira, um espaço em branco entre aquilo que estaria a contento e a realidade concreta para o desenvolvimento dos esportes.

Quando se contempla a questão de gênero no esporte, a lacuna aponada acima torna-se um pouco mais profunda. Isto é, até pouco tempo atrás, a inserção em esportes estava restrita a atletas homens, competindo entre eles em clubes, escolas e esportes profissionais.

É certo afirmar que nos últimos anos houve um aumento das mulheres nos esportes, o que fez com que algumas mudanças trouxessem para o **termo atleta** uma nova conotação social e cultural, embora esteja longe de ser equitativa entre os gêneros.

Deste modo, a ampliação da participação das mulheres nos desportos tem feito com que apareçam

algumas distinções as quais incluem habilidades físicas para atingir um potencial máximo, padrão de machucados e contusões que estão relacionados ao gênero, bem como uma diferenciação no tratamento médico que torna-se mais específico de acordo com a participação de gênero no esportes. Porém, historicamente, não se pode negligenciar que foi negado ao gênero feminino a participação em determinadas atividades esportivas. Isto trouxe para a mulher consequências sociais, culturais e até mesmo econômicas quando se compara o quanto uma mulher ganha praticando esportes em relação ao homem. Basta pegar aqui, como exemplo, a Lista Forbes de 2018, que apresenta os 100 atletas tops do ano e verificar que não há nenhuma mulher entre os mais bem pagos. Em 2017, apenas uma – Serena Williams compunha o *podium* da lista dos 100 esportistas.

Na relação histórica entre a mulher e o esporte, vê-se que o corpo feminino estava destinado a outros propósitos, como colocaria a historiadora Mary del Priori. A autora em seu livro *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia* (2009) atenta para a marcas deixadas no imaginário social em relação às mulheres, muitas das quais repercutem até hoje.

Para Del Priori (2009), o útero como símbolo da mulher, deveria ser a todo custo preservado. Acreditava-se (através de algumas suposições médicas, inclusive!) que o cérebro feminino era dominado pelo útero. Nada poderia afetar as atividades reprodutivas e isto incluía as atividades esportivas. Assim, tudo que pudesse ferir o corpo feminino afetando aquilo que era considerado como feminilidade, deveria ser extirpado. Neste tipo de raciocínio, o esporte masculinizava a mulher e isto deveria ser considerado como algo a ser banido.

A prática do esporte para as mulheres foi historicamente um interdito. Mesmo anos mais tarde, Getúlio Vargas (que concedeu o voto feminino fazendo com as mulheres no Brasil pudessem colaborar nas escolhas políticas do país), não permitiu no chamado Estado Novo que ela praticasse determinados esportes. Assim, na plena ditadura getulista o esporte feminino foi freado através do artigo 54 do Decreto-Lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941 (vigora até a década de 1970), o qual limitava as modalidades liberadas para as mulheres.

A lei acima era assim exposta e oficializava o embargo feminino aos esportes: “Art. 54. *Às mulheres não se permitirá a prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza, devendo, para este efeito, o Conselho Nacional de Desportos baixar as necessárias instruções às entidades desportivas do país*”.

Por sua vez, o presidente do Conselho Nacional de Desportos (CND), delimitou a linha que segregava o esporte feminino brasileiro: “*Não é permitida [à mulher] a prática de lutas de qualquer natureza, do futebol, futebol de salão, futebol de praia, polo aquático, polo, rugby, halterofilismo e baseball*”, dizia a deliberação nº 7 do conselho.

Apesar da proibição, algumas iniciativas foram tomando corpo e fazendo com as mulheres começassem a participar de esportes proibidos. Por exemplo, o *Araguari Atlético Clube*, considerado primeiro time com meninas, selecionou em 1958, 22 jogadoras para um jogo beneficente. Em 1967 a primeira mulher forma-se em arbitragem¹, entre alguns outros feitos femininos.

Não bastasse o enfrentamento dos obstáculos do esporte em si (aqueles que às mulheres eram permitidos), a sensualização e o erotismo apareciam como sinal de que o corpo feminino fora feito para ser admirado e usado sexualmente. Esta ideia esteve fortemente presente ainda nos 1980/1990. Abaixo registra-se a Revista Placar em uma de suas edições no ano 1995, conforme assinalado pelo site *dibradoras.blogosfera.uol.com*:

¹ Asalea de Campos Fornero Medina.

Figura 1 – Revista Placar sobre o futebol feminino (1995)



Fonte: <https://dibradoras.blogosfera.uol.com.br> – Maio (2019)

Deste modo, como evidencia a Figura 1, a ideia não era absolutamente discutir o futebol feminino, as táticas de jogo, o projeto esportivo, mas atingir o público masculino comprador da notícia. As jogadoras eram atrativos sexuais para a mídia ou pelo menos para grande parte dela.

Dos anos 1990 para cá o que mudou? Como está a posição feminina nos esportes? Como o avanço nas discussões de gênero chegaram até o esporte feminino? Como chegaram, por exemplo, ao futebol – modalidade esta considera historicamente como masculina?

Altmann (2015) aponta que a educação esportiva de mulheres no Brasil contemporâneo deve possibilitar ampliar as possibilidades do corpo feminino, questionando concepções históricas que não permitiam a inserção de mulheres em atividades físicas tidas social e culturalmente como masculinas. O esporte visto como algo vigoroso que poderia machucar, masculinizar e, até mesmo afetar as funções reprodutivas femininas, passa a ser questionado.

Tem-se, portanto, um avanço na relação entre gênero e esporte, entretanto a questão da participação feminina e igualdade está longe de ser atingida. Diante do cenário acima pode-se perguntar: Está tudo bem? Afinal, esporte não é coisa de mulher. Futebol não é coisa de mulher. [Política não é coisa de mulher. Poder não é coisa de mulher].

Não se pode querer responder as questões acima sem pensar nas questões de gênero e o papel da mulher na sociedade, seu protagonismo e empoderamento. Pensar a participação da mulher nos esportes está vinculada diretamente à categoria gênero e o que ela representa na possibilidade de visibilidade e emancipação feminina na sociedade.

AS RELAÇÕES DE GÊNERO E O CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO DAS PRÁTICAS ESPORTIVAS

Assim como o esporte, as relações de gênero têm uma história. A história das relações de gênero está em construção permanente. Stearns (2007) aponta

que nas sociedades humanas, homens e mulheres são tratados de maneiras diferentes conforme cada uma delas percebe e organiza as diferenças sexuais do seu tempo e espaço.

Importante referendar que gênero se diferencia de sexo. Assim, o sexo diz respeito às características biológicas (físicas) de homens e mulheres. O sexo está relacionado aos tributos específicos dos aparelhos reprodutores femininos e masculinos, bem como ao seu funcionamento. **Sexo é, portanto, natureza.** De forma diferente, gênero refere-se às relações sociais desiguais de poder entre homens e mulheres que são o resultado de uma construção social definida no tempo (histórico) e no espaço (lugar) do papel do homem e da mulher a partir das diferenças sexuais. O papel do homem e da mulher é formado culturalmente e muda conforme a sociedade. **Gênero é, portanto, cultura.**

Como cultura o gênero concentra uma carga de papéis sociais que são desenvolvidos na sociedade. Como exemplo, na cultura brasileira, rosa é a cor que identifica as meninas e azul os meninos. O papel social de gênero é construído muito cedo e delimita o que os meninos e as meninas podem fazer em casa, na escola, no clube, na igreja, enfim, na vida.

A sociedade impõe medidas e papéis sociais, bem como sanções que os sujeitos sofrem se não cumprirem o que lhes é estipulado socialmente. Por exemplo, as meninas são incentivadas a serem passivas, frágeis, dependentes. As brincadeiras valorizam a casa, a maternidade, enfim o espaço privado. Quando isto não ocorre há uma punição materializada com represálias de comportamento e até mesmo com violência.

Os meninos ao contrário, jogam bola, brincam de carrinho, de guerra, ou seja, desde pequenos são ensinados que pertencem ao grupo que tem poder. Até mesmo nos jogos e esportes os meninos comandam. Muito raramente, os livros infanto-juvenis incentivam o protagonismo das meninas ou mesmo valorizam sua participação com protuberância.

Do ponto de vista acadêmico, é importante salientar que foi na década de 1970, que houve um esforço intelectual e social para buscar uma separação entre sexo e gênero para a teoria feminista. Oka e Laurenti (2018, p.238) assim expressam esta decisão:

Na década de 1970, a separação analítica entre “sexo” e “gênero” teve uma grande expressão na teoria feminista, com o objetivo de questionar as

justificativas biológicas das violências sofridas pelas mulheres, deslocando as explicações para as condições históricas e culturais em que essas opressões se manifestam – o “gênero”. Assim, historicamente, feministas lutaram pela primazia de “gênero” em detrimento de “sexo”.

Uma das principais autoras dentro do chamado feminismo – Simone Beauvoir – que escreveu o famoso *O Segundo Sexo* publicado 1949 defendia a ideia de que a mulher não é o “segundo sexo” ou o “outro” por razões naturais e imutáveis, mas sim por uma série de processos sociais e históricos que criaram esta situação. Assim, para a autora, a mulher torna-se mulher no contexto das relações sociais e humanas.

A luta pelo empoderamento feminino é recente, pois até o século XIX, a mulher “era vista” como um ser inferior aos homens, as quais não possuíam os mesmos direitos, como ler, escrever, estudar, participar de determinadas atividades físicas como vimos acima, enfim, escolher o destino de sua vida.

O contexto da Revolução Industrial foi um marco importante para a mulher, pois ela como o homem (e até mesmo as crianças) foram obrigatoriamente para o espaço da fábrica trabalhar na produção. A mulher por necessidade econômica se viu obrigada a sair de casa para trabalhar. A industrialização exigiu isto da mulher, porém não deu a ela o devido acesso a igualdade no trabalho até os dias atuais². O próprio Marx em seus estudos, mesmo que periféricamente, já alertava para o esforço sobre-humanos que as mulheres tinham que fazer na execução do trabalho na indústria. Ao estudar o livro *O capital* buscando elementos para compreender a categoria gênero em Marx, a autora Silvia Federici (2017, p.1) aponta algumas observações que Marx fez sobre o trabalho de mulheres e meninas:

(...) as costureiras que morriam por excesso de trabalho e falta de ar e alimento (Marx, 1995: 198), sobre meninas que trabalhavam sem alimentar-se quatorze horas por dia, ou que se arrastavam seminuas nas minas para transportar carvão à superfície, sobre crianças que eram tiradas da cama à meia-noite “e obrigadas a trabalhar para ganhar um mísero sustento” (ibid.: 188): “as crianças eram

² Destaca-se aqui estudos empreendidos por Marcela Pereira para sua tese de doutoramento do Programa de Pós-Graduação em ciências Sociais Aplicadas no estudo do futebol feminino no campo do trabalho e as dificuldades que as atletas têm para se profissionalizar no futebol.

levadas ao matadouro” (Ibid.: 233) [onde] máquinas vampíricas consumiram suas vidas “enquanto existisse um músculo, um tendão, uma gota de sangue para sugar” (ibid.: 241).

Com as mazelas do capitalismo, diversos movimentos sociais entram em curso. Entre eles, os chamados movimentos feministas espalhados pelo mundo foram se materializando e lutando pelos direitos das mulheres. Foram por assim dizer tomando corpo e cada vez mais lutando e conquistando diversos direitos reivindicados (direito à educação, voto, propriedade, divórcio, igualdade de salários, praticar esportes, jogar futebol e futebol profissional, entre outros feitos).

Nas culturas ocidentais, o movimento feminista passou a adquirir maior visibilidade a partir do século XX. Politicamente, foi na metade dos anos 1980 que o conceito de gênero se torna mais divulgado globalmente, tendo sido construído coletivamente e de modo desafiador. Gênero buscaria então avançar na explicação das relações socialmente constituídas, as quais advém da contraposição daquilo que está socialmente constituído e convencionado em termos dos gêneros feminino e masculino, suas variações e hierarquização no contexto social construído.

Dentro desta seara, um dos grandes desafios colocados pelo movimento feminista é a questão da invisibilidade da mulher, enquanto sujeito histórico capaz de construir seu espaço. É aqui que entra a imagem de gênero enquanto categoria histórica de Joan Scott (1989) para mostrar que a ideia de gênero vai além de explicações, mas torna-se uma categoria de análise posicionada.

A tarefa principal do movimento feminista tem sido ao longo dos anos tornar visível a mulher que vem sendo segregada política e socialmente ao longo da história. Esta não tem sido, sem dúvida, uma tarefa muito fácil.

O atual modelo de desenvolvimento econômico-político e social reforça as desigualdades. Ignora o trabalho reprodutivo não pago, tornando invisível a maior parte da produção feminina, e ignora a divisão sexual do trabalho.

No caso específico do esporte, a desvantagem da mulher e das chamadas minorias sociais em relação ao homem não é diferente. Assim, conforme o PNUD (2017, p.3):

as disparidades existentes no Brasil em termos de raça, gênero, situação econômica, nível de instrução etc. são refletidas também no problema do acesso às AFEs no país. Características como ser jovem, homem, branco, de alto nível socioeconômico e alto grau de instrução estão frequentemente vinculadas a um nível mais alto de prática das AFEs, ao passo que características como ser idoso, mulher, negro, de baixo nível socioeconômico ou baixo grau de instrução estão frequentemente vinculadas a um nível mais baixo de prática de AFEs.

Da mesma forma que reforça determinadas condutas em relação a mulher (inclusive a violência!) a sociedade cria mecanismos que dificultam o protagonismo feminino, sobretudo quando se trata de raça e condição social. Assim, fica claro que para ter acesso aos mesmos direitos é preciso ter igualdade de condições.

Para finalizar é preciso, ainda, dizer que há necessidade de pensar alguns conceitos que podem colaborar no processo de construção de uma sociedade mais justa e democrática. Um conceito atual que vem sendo desenvolvido dentro dos movimentos feministas e tem adentrado na esfera acadêmica e social é a noção de sororidade como se verá a seguir.

A SORORIDADE COMO ELEMENTO PARA ROMPER COM AS BARREIRAS DE GÊNERO NO ESPORTE

A palavra sororidade vem do latim *soror* – que quer dizer irmã ou irmandade. É o pacto entre as mulheres que são reconhecidas irmãs, sendo uma dimensão ética, política e prática do feminismo.

O modelo de sociedade é um modelo hetero, branco e elitizado. A visão masculinizada e sua influência na sociedade, na família, na casa, no espaço doméstico, sobre as mulheres, sobre os filhos é muito forte. É tão poderosa que alcança até mesmo o idioma/língua.

A palavra fraternidade – é muito conhecida – é a união de irmãos. Mas a palavra sororidade, que seria a união de irmãs, não faz parte das palavras do dia a dia. Sororidade implica no não julgamento prévio entre as mulheres que, muitas vezes, ajudam a fortalecer determinados preconceitos criados por uma sociedade machista. Isto posto, é importante perguntar: O que compõe a sororidade?

A resposta mais próxima e mais contundente é a empatia enquanto categoria. A empatia é a capacidade de se colocar no lugar de outra pessoa - baseia-se na partilha e na compreensão de estados emocionais vividos por outras pessoas. É colocar-se no lugar da outra. Assim, como apontam Becker e Barbosa (2016, p. 244) a empatia estima,

pensar formas e espaços possíveis de serem colocados a serviço de projeto, neste caso o projeto de um novo caminhar que busca transformar as relações excludentes que se estabelecem entre as mulheres em função de uma cultura patriarcal, a fim de perceber terrenos férteis para novos caminhos que venham proporcionar uma nova cultura: da empatia e da solidariedade, ou seja, da prática sororal.

Como a sororidade acontece? Primeiramente quando rompe com a ideia de que as mulheres não valem muito (aspecto cultural-histórico). Também pela valorização de experiências positivas entre as mulheres (na dor, na alegria, na tristeza), isto é, nas relações sociais construídas no cotidiano. Mais que tudo na eliminação de todas as formas de preconceito, não ridicularizando ou expondo negativamente outras mulheres (seja por qualquer motivo – sua roupa sua fala, seu jeito, por ser pobre ou rica, por ser loira ou morena). A expressão LUTE COMO UMA MULHER e o que ela representa em termos políticos é um exemplo de sororidade.

A sororidade leva ao empoderamento feminino, sendo este um processo em que pessoas (grupos) historicamente desenvolvem autonomia. O empoderamento feminino rompe com a barreira da discriminação. O empoderamento acontece quando a mulher refaz sua identidade de gênero, negando a subordinação que sofre pela sociedade.

As mulheres devem praticar a sororidade, unirem-se a outras mulheres através de empatia para alcançar objetivos comuns: eliminar a violência, o assédio, as desigualdades nas tarefas cotidianas, no trabalho, enfim na sociedade.

Como levar a sororidade para o campo do esporte e ao futebol? A resposta é simples, mas ao mesmo tempo complexa, pois contempla uma série de barreiras de gênero que devem ser transpostas. A ideia principal é a de reversão do preconceito através da valorização das práticas femininas, bem como promover a igualdade entre atletas nas mais diferentes modalidades esportivas, incentivando a participação

feminina em todas as esferas. Assim, como colocam Becker e Barbosa, 2016, p.246:

As relações de inimizade e ódio cultivadas entre as mulheres são resultados da organização patriarcal do mundo e estimuladas através de processos educativos escolares e não escolares e também pela forma como ocorre a socialização de gênero. Cada mulher aprende a ser competitiva com outra mulher através da mediação de classe, raça, etnia, geração, religião. Desse modo, elas estabelecem entre si eixos hierárquicos de domínio e de opressão de umas sobre as outras. As mulheres acabam reproduzindo formas autoritárias de maneira acrítica. O controle do conhecimento e das maneiras de fazer, o prestígio, a fama, a distribuição de recursos e oportunidades são formas que permitem umas mulheres avançar de maneira desigual em relação a outras. E assim se aprofundam os estranhamentos e os laços de inimizade.

Em complemento, Becker e Barbosa (2016, p.246) afirmam que “sororidade requer o reconhecimento pelas próprias mulheres das formas de opressão exercidas por elas sobre elas”. Isto posto, ressalta-se aqui que o preconceito e as desigualdades no esporte e no futebol podem ser suprimidos por práticas mais positivas e críticas a partir de compreensões mais expressivas que valorizem a mulher distanciando-se das compreensões misóginas de gênero.

CONCLUSÃO

Nas relações de gênero e esporte alguns elementos são fundamentais para alavancar a luta pelo preconceito e valorização do esporte feminino. Se historicamente à mulher foi dificultado e até mesmo negado a participação, hoje existem exemplos que devem ser seguidos. Cabe ressaltar aqui a Copa do Mundo de Futebol Feminino que aconteceu na França nos meses de junho a julho de 2019 podem ser vistos como momentos importante para se valorizar a participação feminina no campo do esporte.

Neste cenário, a ideia de igualdade e eliminação de preconceitos na esfera do gênero e esportes pode ter como elemento coadunação a noção de sororidade através do qual se buscaria o empoderamento feminino.

REFERÊNCIAS

ALTMANN, Helena. *Educação física escolar: relações de gênero em jogo*. São Paulo: Cortez, 2015.

BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo*. SP: Editora Nova Fronteira, 2019.

BECKER, Marcia Regina; BARBOSA, Carla Melissa. Sororidade em Marcela Lagarde y de los Ríos e experiências de vida e formação em Marie-Christine Josso e algumas reflexões sobre o saber-fazer-pensar nas ciências humanas. *Coisas do Gênero*, São Leopoldo, v. 2 n. 2, p. 243-256, ago.-dez. 2016. Disponível em: <http://periodicos.est.edu.br/index.php/genero>. Acesso em 14 de junho de 2019.

BRASIL. *Câmara dos Deputados*. DECRETO-LEI Nº 3.199, DE 14 DE ABRIL DE 1941 - Publicação Original. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3199-14-abril-1941-413238-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 20 de maio de 2019.

FEDERICI, Silvia. Notas sobre Gênero em “O CAPITAL” DE MARX. *Revista Movimento*, 2017. Disponível em: <https://movimentorevista.com.br/2017/09/genero-o-capital-marx-feminismo-marxista/>. Acesso em 25 de maio de 2019.

FORBES. <https://www.forbes.com/athletes/list/#tab:overall>, 2017. Acesso em 14 de junho de 2019.

FORBES. <https://www.forbes.com/athletes/list/#tab:overall,2018>. Acesso em 14 de junho de 2019.

MORAIS, Pamela. O que é ideologia de gênero (E por que falam tanto dela)? *Politizi!*, 2019. <https://www.politize.com.br/ideologia-de-genero-questao-de-genero/>. Acesso em 14 de junho de 2019.

OKA, Mateu; LAURENTI, Carolina. Entre sexo e gênero: um estudo bibliográficoexploratório das ciências da saúde. *Saúde Soc.* São Paulo, v.27, n.1, p.238-251, 2018. Disponível em: https://www.scielosp.org/article/ssm/content/raw/?resource_ssm_path=/media/assets/sausoc/v27n1/1984-0470-sausoc-27-01-238.pdf. Acesso em 25 de maio de 2019.

PNUD. *Relatório de Desenvolvimento Humano Nacional - Movimento é Vida: Atividades Físicas e Esportivas para Todas as Pessoas*. Brasília: PNUD, 2017. Disponível em: http://movimentoevida.org/wp-content/uploads/2017/09/PNUD_RNDH_completo.pdf. Acesso em 27 de maio de 2019.

DEL PRIORI, Mary. *Ao sul do corpo*. Condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia. SP: Editora da Unesp, 2009.

SCOTT, Joan. *Gender: a useful category of historical analyses*. Gender and the politics of history. New York: Columbia University Press, 1989.